

Credores preocupados com sucessão de

É o que diz Oswaldo Colin, presidente do Banco do Brasil. E revela que Delfim levou aos credores a posição dos três candida

A próxima etapa da renegociação da dívida externa brasileira depende da definição do nome do sucessor do presidente Figueiredo "e de qual será a sua política". Essa afirmação foi feita ontem pelo presidente do Banco do Brasil, Oswaldo Colin, o primeiro representante do escalão superior do governo a reconhecer que "a preocupação dos banqueiros internacionais se estende sempre até a sucessão presidencial".

Colin também comentou que, para tranquilizar os banqueiros, o ministro do Planejamento, Delfim Neto, em sua viagem aos EUA, "terá procurado levar a palavra daqueles que hoje são candidatos à Presidência": o deputado Paulo Maluf, o ministro Mário Andreazza e o governador Tancredo Neves.

De qualquer forma, lembrou Colin, as linhas fundamentais da nova fase de renegociação poderão surgir em novembro, mas a conclusão do acordo com banqueiros deverá ficar para depois da eleição do futuro presidente pelo Colégio Eleitoral, a 15 de janeiro de 1985.

Na opinião do presidente do Banco do Brasil, constitui "estratégia prática para ter o desdobramento sucessório" adiar mais para o final do ano o início da chamada fase 3 da renegociação. "Quanto mais próximo se chegar de janeiro, menores serão as dúvidas na mesa de negociação. Assim, a renegociação da dívida deve começar em novembro, atravessar dezembro e chegar às fraldas da eleição do presidente" — observou Colin.

Ao longo destes meses, previu que "uma série de fatores" influenciarão o andamento das negociações do Brasil com os banqueiros. Até novembro, "os banqueiros sem-



Colin: "A preocupação dos banqueiros internacionais se estende sempre até a sucessão presidencial".

pre indagarão sobre a sucessão, dentro da preocupação de identificar a política econômica a vigorar nos próximos anos".

Ao reiterar que o Brasil não pode renegociar a dívida anualmente "como fez até aqui", Colin afirmou que a renegociação por prazo mais longo será "uma imposição das próprias circunstâncias". Em sua opinião, "se a renegociação envolver mesmo um período mais longo, em que o governo defina sua posição e conveniência, sem que necessariamente se renda ou submeta aos interesses dos banqueiros, a negociação terá um dado político importante".

O tom político da rolagem da dívida "se identificou" já em 1983, nas negociações com o Clube de Paris, e, segundo o presidente do Banco do Brasil, tende a se acentuar na renegociação dos compromissos a vencer a partir do próximo ano, inclusive pelo posicionamento do Banco Mundial de aceitar a capitalização dos juros nas discussões.

"O Banco Mundial foi, talvez, a primeira instituição dos Estados Unidos a manifestar-se a favor da capitalização dos juros, como forma de aliviar a necessidade de recursos novos no ajuste das contas externas dos países devedores. Hoje, os bancos europeus e os bancos regionais norte-americanos manifestam a mesma disposição. Por ser ainda uma prática inexplorada, os grandes bancos dos Estados Unidos resistem, mas o Brasil deve buscar a consagração da tese para, depois discutir os parâmetros da capitalização" — ressaltou Colin.

Independentemente da capitalização maior ou menor dos juros, o presidente do Banco do Brasil observou que as futuras negociações com o Clube de Paris, o Banco Mundial e outros organismos oficiais podem reduzir para menos da metade a dependência do País junto aos bancos comerciais por recursos novos, o que "tornará mais fácil" a renegociação nos próximos anos.

Indefinição

O presidente da Federação das Associações Comerciais do Rio Grande do Sul (Federasul), César Rogério Valente, disse ontem, em Porto Alegre, que ninguém precisa esperar nenhuma espécie de negociação da dívida externa brasileira antes da definição do quadro sucessório na Presidência da República. Segundo ele, os banqueiros não estarão dispostos a renegociar a dívida diante da atual indefinição, e o que o ministro do Planejamento, Antonio Delfim Neto, está preparando nos Estados Unidos é apenas mais uma "rolagem" da dívida, mais uma maneira de acertar o pagamento dos juros, do que uma negociação séria e durável.

Figueiredo
tos à sucessão, para tranquilizá-los.